

O português brasileiro e o português europeu



Por **FLÁVIO BRANDÃO-SILVA & MARCELO MÓDOLO***

O uso de palavras do vocabulário brasileiro em Portugal tem causado polêmica

“Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões / Gosto de ser e de estar / E quero me dedicar a criar confusões de prosódias / E uma profusão de paródias / Que encurtem dores / E furem cores como camaleões [...] O que quer O que pode esta língua? [...]” (Caetano Veloso, *Língua*)

O trecho da canção *Língua*, de Caetano Veloso, utilizado como epígrafe deste artigo, de certa forma traduz um pouco da polêmica ocorrida nas últimas semanas envolvendo o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE), o dito “português de Portugal”. Em matéria publicada, no dia 10/11/2021, no jornal português on-line *Diário de Notícias*, pais e educadores manifestam preocupação pelo fato de que “há crianças portuguesas que só falam ‘brasileiro’”. Tal preocupação sugere a crença em uma suposta “língua brasileira”, que poderia “ameaçar” a integridade do português europeu. Aqui no Brasil, houve repercussão na mídia.

Segundo a publicação portuguesa, em função da pandemia causada pelo novo coronavírus, as crianças têm ficado muito tempo expostas a conteúdos produzidos por influenciadores digitais brasileiros e disponibilizados em plataformas on-line, na internet. Em virtude dessa exposição, passaram a empregar, frequentemente, palavras e expressões do léxico do PB: “Dizem grama em vez de relva, autocarro é ônibus, rebuçado é bala, riscas são listras e leite está na geladeira em vez de no frigorífico”. A questão divide opiniões de pais e de especialistas, uma vez que há os que veem o fato com preocupação e há também aqueles que acreditam que se trate apenas de uma fase. Como avalia Grolla, embora as crianças possam sofrer influência lexical, isso não acarretaria mudança na língua, efetivamente, pois essa mudança dependeria de questões mais profundas.

De qualquer forma, chama atenção o fato de que a utilização de palavras do nosso vocabulário brasileiro tenha causado tamanha polêmica. Na realidade, tal situação leva-nos a refletir sobre algumas questões importantes, como: a concepção de língua, a valoração atribuída às línguas, o temor de um movimento colonialista ao contrário por meio da língua, entre outras.

Na história das civilizações, a disputa por território e pelo poder levou muitos povos à guerra, como ocorreu, por exemplo, aos gregos e aos romanos. Uma vez conquistado um território, tanto esse território como sua população passavam ao domínio do povo vencedor, o qual impunha as suas leis e a sua cultura, incluída a sua língua. Nesse sentido, entende-se a língua como instrumento de poder e de dominação. Os gregos alexandrinos, temendo a “contaminação” da sua língua por influências dos falares dos povos subjugados, iniciaram um processo de normatização do grego, a partir dos textos clássicos da literatura vernácula, a fim de manter a própria hegemonia. Entre os romanos não foi diferente, haja vista que o latim se tornou idioma oficial de todas as colônias romanas.

Mais recentemente, durante o processo expansionista ultramarino empreendido pelos portugueses e pelos espanhóis, as línguas desses povos também foram impostas às suas colônias. Esse processo, inclusive, contribuiu para o desenvolvimento de um movimento normatizador do português e do espanhol, o qual fez que essas duas línguas fossem as primeiras a ter suas gramáticas sistematizadas. Aqui no Brasil, a definição da norma padrão, extraída da escrita portuguesa do século XIX, e sua propagação como modelo de correção linguística contribuíram para que se marcasse a prevalência de um grupo

socialmente prestigiado sobre outro grupo, que, por não ter acesso aos bens culturais, ou por ter restrito acesso a eles, é estigmatizado.

Aqueles fatos históricos aqui evocados corroboram, portanto, que a língua não se restringe a ser um instrumento pelo qual interagimos uns com os outros e nos comunicamos. Há relações de poder e de dominação que se estabelecem por meio da língua, como bem demonstrou Pierre Bourdieu, em *A economia das trocas linguísticas*.

No episódio relativo ao PB e ao PE aqui retratado, é possível observar que há, primeiramente, uma visão distorcida do que seria a língua. A matéria cita o emprego de elementos do léxico do PB, que, de fato, apresenta diferenças em relação ao léxico do PE, o que se justifica pela própria formação dessas duas variedades. Não há, no entanto, qualquer menção ao emprego, pelas crianças portuguesas, de estruturas morfossintáticas que fossem distintas da variante europeia. Isso sugere que o que está sendo entendido como “língua brasileira”, ou “falar brasileiro”, são, tão somente, diferenças lexicais, que, por si, não são suficientes para caracterizar um idioma. Só poderíamos falar em línguas distintas se houvesse muitas diferenças em todos os níveis de descrição (no fonético-fonológico, no morfológico e principalmente no sintático), o que não é o caso do PB e do PE. Embora com variações, a estrutura gramatical das duas *variedades linguísticas* apresenta muito mais semelhanças do que diferenças.

Variação é característica natural das línguas, como definiu William Labov, na obra *Padrões sociolinguísticos*. A diversidade linguística advém em virtude dos diferentes usos, os quais são, todos, legítimos e linguisticamente possíveis. Ocorre que, por fatores não linguísticos, como a classe social dos falantes, uma variedade pode ser prestigiada ou estigmatizada.

Por fim, cabe acrescentar um ponto importante a esta discussão: a preocupação de que, de alguma forma, a variedade lexical do PB possa “corromper” a “pureza” do PE. No episódio aqui relatado, percebemos uma valoração bastante negativa do “falar brasileiro”, por parte de alguns. Da forma retratada, a influência lexical sofrida pelas crianças portuguesas é ameaçadora e prejudicial e, portanto, deve ser combatida, como se observa na fala de uma mãe, citada na reportagem: “Todo o discurso dele é como se fosse brasileiro. [...] Neste momento estamos num processo de tratamento como se fosse um vício”. Avaliam-se como “ruins” usos linguísticos, pelo fato de serem do Brasil. Há nessa questão o temor de uma possível colonização às avessas.

Talvez, para alguns portugueses, o Brasil ainda seja colônia de Portugal. Nesse caso, seria demérito que “a língua da colônia”, de alguma forma, maculasse “a língua da metrópole”, assim como a tiririca (do tupi *tiri’rika*, segundo Antenor Nascentes, gerúndio de *tiri’ri*, “arrastar-se”) porque é planta rasteira que se alastra e deve ser combatida.

Em verdade, o léxico é epidérmico e jamais transfiguraria a estrutura de uma língua. Apenas a enriquece, ao contrário do que muitos possam pensar.

***Flávio Brandão-Silva** é professor de linguística na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

***Marcelo Módolo** é professor de filologia na Universidade de São Paulo (USP).

Publicado originalmente no [Jornal da USP](#).